Zimbra

andreza@tre-pb.jus.br

Fwd: Peça de impugnação - Weider PE 18/2021 - Vigilância

De : cpl@tre-pb.jus.br

sex, 08 de out de 2021 14:02

Assunto : Fwd: Peça de impugnação - Weider PE 18/2021 -
Vigilância**Para :** segurancaweider comercial
<segurancaweider.comercial@gmail.com>

Sr. licitante,

Considerando o exposto abaixo, decidimos MANTER o edital em seus exatos termos.

Atenciosamente,

Andreza Alves Gomes
Pregoeira

----- Mensagem encaminhada -----

De: "SEGEC" <segec@tre-pb.jus.br>

Para: "cpl" <cpl@tre-pb.jus.br>

Enviadas: Sexta-feira, 8 de outubro de 2021 13:34:01

Assunto: Re: Peça de impugnação - Weider PE 18/2021 - Vigilância

Referência: Pregão Eletrônico 18/2021

Trata de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 18/2021 por empresa interessada em participar do certame

Numa breve síntese das alegações da empresa temos:

1. No que diz respeito ao Aviso Prévio Trabalhado, temos no item 5.1.6.20:

5.0 DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1.6.20 – O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, correspondente a 23,33% da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato;

A empresa entende que deva ser aplicado o percentual de 0,194%, conforme citou o Acórdão do TCU nº 1.186/2017 Plenário.

2. DO ÍNDICE DE GRAU DE ENDIVIDAMENTO

e.5) Comprovação de índice de endividamento total menor ou igual a 0,6 (Acórdão TCU nº 628/2014-Plenário, conforme justificativa constante no item 7.1.13.4.3 do Termo de Referência, Anexo I do edital).

Para o item 1, a empresa entende que deva ser aplicado o percentual de 0,194%, conforme citou o Acórdão do TCU nº 1.186/2017 Plenário. Já para o item 2, a mesma alega que a licitação tem caráter contencioso.

No que diz respeito ao item 1, informamos que será aportado na planilha e transferido para a Conta Vinculada o percentual mensal de 1,94%, onde totaliza ao final do primeiro ano de contratação a 23,33% (12 meses). No momento da prorrogação será efetuada a Gestão dos Custos da Planilha onde, por conta da atual legislação que trata do Aviso Prévio, onde nas relações contratuais com mais de um ano, o trabalhador terá direito a 30 + 3 dias extras a cada ano trabalhado (Lei nº 12.560/2011).

Nesse panorama, informamos que no segundo ano da contratação, o valor aportado na Planilha de Custos será reduzido para 0,194%, correspondente aos acréscimos dos 3 dias.

Quanto ao índice de endividamento temos o seguinte. O Endividamento Total é usado para indicar a capacidade que tem a empresa de honrar seus compromissos financeiros, de sorte que quanto maior o índice, mais dependência há de financiamentos de terceiros relativamente ao capital próprio. Assim, um índice financeiro menor significa menos comprometimento patrimonial e melhor solidez financeira.

A inclusão do ET como condição de habilitação, ganhou importância em face da crescente responsabilização subsidiária da Administração pelos pagamentos de verbas e encargos salariais de funcionários de empresas contratadas que se tornaram insolventes.

Conclui-se, portanto, que a restrição não é indevida e atende ao interesse público, por representar reforço às tentativas de resguardar a Administração dos prejuízos que poderão advir do inadimplemento de eventuais obrigações contratuais por parte da Contratada, visto que, por força da jurisprudência dos Tribunais, a Administração está sujeita ao cumprimento subsidiário no âmbito trabalhista e, nos casos das obrigações previdenciárias, ao seu cumprimento solidário.

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital demonstrará uma situação equilibrada da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices revelará uma situação deficitária da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

Com efeito, a exigência do Edital nada mais fez do que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação equilibrada é o mínimo que o TRE deve assegurar-se para tentar garantir o integral cumprimento do contrato.

De mais a mais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um “mínimo” de segurança na contratação. Destarte, não prosperam os argumentos do Impugnante de que os índices são ilegais e só visam “restringir a competitividade no certame”. O valor máximo 0,6 para endividamento total é usual no mercado e atende ao disposto no art. 31, §5º, da Lei 8666/93.

É a informação.

Mônica Guimarães Mendes de Almeida
Seção de Gestão de Contratos
(83) 3512-1390 e 98899-0690

De: "CPL" <cpl@tre-pb.jus.br>
Para: "SEGEC" <segec@tre-pb.jus.br>
Enviadas: Quinta-feira, 7 de outubro de 2021 17:07:13
Assunto: Fwd: Peça de impugnação - Weider PE 18/2021 - Vigilância

Senhora Chefe,

Solicito responder, com urgência.

Atenciosamente,

Andreza Alves Gomes
Pregoeira

----- Mensagem encaminhada -----

De: "WEIDER SEGURANÇA" <segurancaweider.comercial@gmail.com>
Para: "cpl" <cpl@tre-pb.jus.br>
Enviadas: Quinta-feira, 7 de outubro de 2021 14:58:08
Assunto: Peça de impugnação - Weider PE 18/2021 - Vigilância

Bom dia Prezada Comissão de Licitação,

Ao tempo que cumprimentamos *enviamos em anexo a Peça de Impugnação ao Edital 18/2021* cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, A SER EXECUTADO NOS PRÉDIOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB.

Favor acusar recebimento.

Atenciosamente,

Setor de Licitações